

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA ABERTURA SOLENE DO ANO JUDICIAL

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELÊNCIA JOÃO LOURENÇO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, NA ABERTURA SOLENE DO ANO JUDICIAL.

Luanda, 13 de Março de 2018

SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,
SENHORES PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES,
SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA,
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,
SENHOR PROVIDOR DA JUSTIÇA,
DISTINTOS MAGISTRADOS,
ILUSTRES CONVIDADOS,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Sinto-me bastante honrado pelo convite que me foi endereçado para presidir à abertura solene do Ano Judicial 2018.

O Sistema Nacional de Justiça teve sempre como principal centro da sua atenção o homem e cidadão angolano e, sendo expressão da nossa realidade política, social, económica e cultural, não deixou nunca de acompanhar as transformações que foram ocorrendo no nosso país.

Os primeiros anos de afirmação foram difíceis, em razão da insuficiência de órgãos próprios e de quadros profissionais para o exercício das diferentes funções no domínio da Justiça.

A alteração constitucional de 7 de Fevereiro de 1987 foi um importante passo em frente, porque consagrou os Tribunais e a Procuradoria Geral

da República como órgãos essenciais para a administração da Justiça e o controlo da legalidade.

A aprovação da Lei do Sistema Unificado da Justiça criou um sistema integrado e homogéneo da Justiça em Angola, que durante algum tempo deu resposta aos principais problemas do sector.

Contudo, só as reformas posteriormente introduzidas com a criação do Tribunal Constitucional em 2008, e a aprovação da nova Constituição em 2010, permitiram tornar o Sistema de Justiça num factor efectivo de promoção da cidadania, de paz e coesão social e de desenvolvimento económico.

O que pretendemos hoje é tornar a Justiça capaz de responder aos grandes desafios do combate à corrupção e à impunidade, contribuindo deste modo para a moralização do sistema social, político e económico e para tornar o mercado nacional mais competitivo para a atracção de investimento privado nacional e estrangeiro, se ela for célere, imparcial e eficaz.

Pretendemos, por outro lado, garantir o acesso à Justiça e ao Direito a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou económica, para que seus direitos sejam plenamente respeitados e defendidos.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Estabeleci como uma das prioridades do meu mandato o combate à corrupção, ao nepotismo e à impunidade, males que têm causado elevados prejuízos ao nosso povo e que têm contribuído para agravar a imagem de Angola no exterior.

Nesse sentido foram tomadas pelo Executivo algumas medidas que embora importantes, se afiguram ainda insuficientes mas que assinalam de forma clara o caminho sem retorno a seguir não só pelos servidores públicos mas pela sociedade no geral.

O Executivo tomou a iniciativa de propor a aprovação da Lei do Repatriamento de Recursos Financeiros Domiciliados no Exterior, aplicável ao capital que tenha saído do país sem respeitar as normas e regras vigentes, e da Lei da Concorrência, que pretende pôr fim aos

monopólios e promover e defender a livre iniciativa, a competitividade e a sã concorrência.

Encaramos o sistema de Justiça como uma cadeia de instituições que concorrem para a prevenção, a educação e o combate aos crimes de natureza económica e conexos, compreendendo os órgãos de investigação e instrução de processos-crime, a Procuradoria Geral da República, os Tribunais e os Estabelecimentos prisionais.

Inserem-se neste processo a realização de cursos especializados para mais de 150 magistrados judiciais e do Ministério Público, em matérias relativas ao branqueamento de capitais e à prevenção do terrorismo, a formação de 150 mediadores no âmbito da resolução extrajudicial de litígios e o concurso de promoção dos Oficiais de Justiça.

No Ano Judicial de 2017 foram realizadas algumas acções com vista à consolidação da reforma da Justiça e do Direito, designadamente no âmbito da nova organização e funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum.

O Executivo concluiu a seu nível a proposta de Código Penal e de Código de Processo Penal com o conteúdo do Acórdão do Tribunal Constitucional e com as recomendações das comissões de especialidade do Parlamento.

Uma vez aprovado pela Assembleia Nacional, o país terá pela primeira vez na história como Angola independente, seu próprio Código Penal.

O sector continuou a fomentar a cultura dos direitos humanos e vai este ano alargar o recurso a meios extra-judiciais de resolução de litígios a outras partes do território nacional.

Outras acções importantes foram a criação do 'Data Center' do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a inauguração do Centro de Reabilitação e Reinserção de Toxicodependentes, enquadrado na estratégia do Executivo de combate ao consumo de drogas e à recuperação de quem está viciado no seu consumo, e a criação do Bilhete de Identidade integrado, com capacidade de alojar dados provenientes de outras plataformas electrónicas.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Para o exercício económico de 2018, o Executivo aumentou o orçamento dos órgãos de Justiça face a 2017. O objectivo é dotar o sistema de Justiça de maior capacidade em termos materiais e de recursos humanos, com vista a estar à altura no combate contra o tráfico de drogas, contra o tráfico de moeda, contra os crimes violentos de todo o tipo, mas sobretudo contra a corrupção, pelo facto de este último se ter tornado no pior mal do país a seguir à guerra.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial, após concurso curricular, conduziu todo um processo interno que levou à nomeação de cinco novos juízes conselheiros e à nomeação a seguir do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo.

Com a nova dinâmica que estão a tomar os Serviços de Investigação Criminal e a Procuradoria Geral da República, acreditamos que os tribunais no geral e o Tribunal Supremo em particular, não pouparão esforços para dar vazão aos inúmeros processos que receberem do Ministério Público.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Em termos de estratégia para o sector, urge pôr em funcionamento os cinco Tribunais de Relação e os Tribunais de Comarca, fazer a contratação de oficiais de justiça e agentes administrativos, formar e contratar novos magistrados e continuar o esforço de ajustamento das condições salariais dos magistrados, dos oficiais de Justiça e dos técnicos administrativos.

Para tal é preciso, em colaboração com o Ministério das Finanças, alargar a base de arrecadação de receitas do Cofre Geral de Justiça e organizar a sua gestão, conferindo-lhe maior rigor e transparência na gestão e afectação de receitas para a informatização dos sistemas de organização e funcionamento do sector da Justiça.

No domínio das infra-estruturas, está garantida pelo Estado a cedência de instalações para a Procuradoria Geral da República e para o Tribunal da Relação de Luanda, assim como de residências de função para os juízes dos tribunais superiores.

Está igualmente projectada a reabilitação da infraestrutura que vai albergar a futura sede do Tribunal da Relação de Benguela, bem como a

conclusão de alguns edifícios destinados à instalação dos Tribunais de Comarca.

No decorrer deste ano deverão ser prosseguidas as acções dirigidas ao incremento da igualdade perante a Lei e ao acesso ao Direito e aos Tribunais; ao direito à informação, à consulta jurídica, ao patrocínio judiciário e à tutela jurisdicional efectiva.

Para o presente Ano Judicial, que hoje tem início, projecta-se a consolidação da Reforma da Justiça e do Direito, sobretudo no âmbito da nova organização e funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, com a criação das condições para se inaugurarem no próximo ano os Tribunais da Relação de Luanda e da Relação de Benguela.

Finalmente, no concernente à melhoria do ambiente de negócios, está prevista a instalação da Sala do Comércio do Tribunal Provincial de Luanda e projecta-se a criação do quadro legal e regulamentar das insolvências, a massificação do processo de registo predial e a simplificação do processo de constituição de empresas.

Julgamos, assim, que estão a ser criadas as condições para que este Ano Judicial decorra com a maior normalidade, pois considero que a correcta e justa administração da Justiça é um dos fundamentos do funcionamento de um Estado Democrático de Direito.

Não basta vivermos no multipartidarismo com a realização periódica de eleições, não basta haver liberdade de expressão e de imprensa, só existe um verdadeiro Estado Democrático e de Direito lá onde haver um sistema de Justiça eficiente, ao serviço dos cidadãos, das empresas, da sociedade.

Ao longo dos 42 anos da nossa existência como país independente, consoante a conjuntura de cada período, tivemos como prioridade acima de todas durante décadas, a Defesa e Segurança nacionais, entretanto ultrapassada pela necessidade da construção e consolidação da paz e da reconciliação entre os angolanos.

Hoje a Defesa e Segurança Nacionais, a Paz e a Reconciliação Nacional continuam a ser importantes, contudo entramos no terceiro estágio de prioridades, onde somos chamados a consolidar o Estado Democrático e de Direito e por isso é hora de dar mais espaço e importância ao papel da

Justiça e da Economia de mercado na nossa sociedade, é hora de sobressaírem.

Muito obrigado pela atenção!

Declaro aberto o Ano Judicial 2018!